



REPRODUÇÃO/INSTAGRAM @PROFESSORBONATTO

Recurso suspende efeitos de decisão após mudança de partidos

TRE-RS autoriza retorno de Bonatto ao mandato no legislativo

O deputado estadual Valdir Bonatto (PSD) retomará o exercício do mandato na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS) após o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS) reconhecer o efeito suspensivo do recurso apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A medida suspende os efeitos da decisão que havia determinado a perda do mandato e a posse definitiva da primeira suplente do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Zilá Breitenbach. Bonatto foi eleito pelo PSDB em 2022 e filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) em janeiro deste ano. Em 27 de agosto, o TRE-RS julgou procedente a ação apresentada pelo PSDB, que alegou desfiliação partidária sem justa causa, e decretou a perda do cargo por maioria de votos. A defesa recorreu ao TSE e pediu a aplicação do efeito suspensivo previsto no artigo 257, § 2º, do Código Eleitoral. A ALRS foi comunicada do retorno dele.

UFSC recruta cães para estudo sobre diabetes

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) abriu a seleção de cães para um estudo sobre uma terapia complementar ao tratamento convencional do diabetes mellitus. A pesquisa avalia um produto natural de origem vegetal e possíveis efeitos sobre o metabolismo celular, o estresse oxidativo e a inflamação. Podem participar cães saudáveis e com diabetes, de cinco a 15 anos e com peso entre cinco e 15 kg. Para os animais diabéticos, é necessário ter diagnóstico prévio, usar insulina e não apresentar comorbidades.

DIVULGAÇÃO/UFSC



Serão oferecidas a terapia e o acompanhamento sem custo

Saque calamidade para 22 cidades da região Sul

Trabalhadores de 22 municípios da região Sul podem solicitar o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) por calamidade. Em Santa Catarina, são oito cidades: Agrolândia, Entre Rios, Garuva, Guabiruba, Ibirama, Ipuacu, Ouro Verde e São José do Cedro. No Rio Grande do Sul, seis: Cerro Grande, Ipiranga do Sul, Planalto, Quaraí, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar. No Paraná, oito: Alto Paraíso, Boa Vista da Aparecida, Diamante D'Oeste, Dois Vizinhos, Espigão Alto do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Palmeira e Pranchita.

TCE-PR muda regra de aposentadoria em Curitiba

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) afastou a aplicação de uma regra da capital que permitia incluir a verba transitória no cálculo da aposentadoria sem contribuição previdenciária. O Pleno reconheceu a inconstitucionalidade do dispositivo da Lei nº 14.526/14, alterada pela Lei nº 14.779/15. A análise ocorreu em Incidente de Inconstitucionalidade, após a identificação da inclusão irregular no benefício.

Semana de trânsito

A prefeitura de Maringá (PR) está promovendo ações da Semana Nacional de Trânsito na sexta-feira (25) e no sábado, 26. A programação inclui um simulado de atendimento de emergência em sinistro de trânsito, a 3ª Motociata da Paz 2026 e a inspeção veicular gratuita. As atividades buscam orientar motoristas e motociclistas.

Saúde inclusiva

Porto Alegre (RS) elaborou a 3ª edição do Plano Municipal de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência, com vigência de 2026 a 2029. O documento define diretrizes, objetivos e metas para a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. Entre as ações estão ampliar a reabilitação, fortalecer a atenção primária e qualificar hospitais.

Ações para pessoas surdas

A prefeitura de Curitiba (PR) promove ações para pessoas surdas até o próximo dia 30. Na sexta-feira (25), haverá uma palestra sobre as exigências sanitárias para empreendedores da área de alimentos. No Calçadão da Rua XV, haverá jogos e atividades para as famílias, além da distribuição de informações sobre direitos e serviços.

Lavagem de dinheiro

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) apoiou, em Itajaí (SC), uma ação do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP). A operação cumpriu um mandado de busca e apreensão autorizado pela Justiça paulista para investigar suspeitos de crimes econômicos, tributários e lavagem de dinheiro ligados ao mercado de combustíveis.

Práticas da enfermagem

A Justiça Federal manteve a possibilidade de uma enfermeira realizar procedimentos com toxina botulínica, fios de PDO e ozonioterapia. A decisão, da 10ª Vara Federal de Porto Alegre (RS), acolheu parcialmente o pedido do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul e não suspendeu as práticas. A liminar ainda cabe julgamento do mérito.

Desastres climáticos

O O Ministério Público do Paraná (MPPR) instaurou procedimento administrativo para acompanhar as ações do poder público em Cerro Azul (PR) após os recentes desastres climáticos que atingiram o município. O objetivo do MPPR será aprimorar as respostas emergenciais à população e melhorar a recuperação nas áreas mais afetadas.



A adesão cria uma nova alternativa para determinadas contratações

UFRGS amplia contratação de serviços no Contrata+Brasil

Plataforma federal permite propostas para manutenção e reparos na UFRGS

Da **Redação**

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) aderiu ao Contrata+Brasil, plataforma do Governo Federal criada para facilitar e agilizar a contratação de pequenos serviços por órgãos públicos. A iniciativa permite que demandas de manutenção e reparos sejam divulgadas no sistema e que fornecedores cadastrados apresentem propostas.

Na etapa voltada a esses serviços, a plataforma atende microempreendedores individuais (MEIs), com contratações de até R\$ 13.098,41.

A ferramenta integra o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg) e foi criada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Com a adesão, UFRGS passa a utilizar o ambiente digital para organizar contratações de serviços. O sistema reúne etapas do processo em uma plataforma eletrônica, permitindo ao órgão público cadastrar a necessidade, receber propostas e selecionar o fornecedor conforme as regras estabelecidas. Para os prestadores, a ferramenta amplia o acesso às oportunidades de contratação com a Administração Pública.

O Contrata+Brasil foi instituído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 52, de 10 de fevereiro de 2025.

A norma define a plataforma como um módulo integrado ao Siasg, destinado a ofertar bens e serviços para contratações da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Na linha de serviços de manutenção e pequenos reparos, podem ser contratadas atividades como as de bombeiro hidráulico, eletricista, pedreiro, pintor, gesso, chaveiro e estofador.

Para participar, os fornecedores precisam estar cadastrados e atender às exigências de cada oportunidade.

O sistema permite o envio de propostas.

A adesão da UFRGS ocorre durante a expansão do Contrata+Brasil. Segundo o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a plataforma registrou, em 2025, 3.998 oportunidades, com 1.240 órgãos públicos e 7.407 fornecedores. No período, foram aprovados 2.116 contratos, que somaram R\$ 11.771.545,38 em serviços. A plataforma é gratuita e busca reduzir burocracias e ampliar o acesso de pequenos negócios às compras públicas.